



PREFEITURA DE SANTA LUZIA
SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA E TURISMO

ATA DE REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA

CONSELHO MUNICIPAL DO PATRIMÔNIO CULTURAL - COMPAC

Aos 25 (vinte e cinco) dias do mês de agosto, quarta-feira do ano de 2021, às 08h30min (oito horas e trinta minutos), presencial no Solar da Baronesa, deu-se início a reunião do Conselho Municipal do Patrimônio Cultural - COMPAC. Primeiramente, a Secretária Municipal de Cultura e Turismo, Sra. Joana Maria Coelho abriu a reunião e deu as boas vindas a todos. Apresenta Renato e explica que Márcia não irá apresentar o projeto, pois está de atestado médico e não poderá apresentar o projeto que será realizado em outro momento com muito prazer após o retorno da mesma. Joana explica as pautas e fala que 8 (oito) pessoas pediram a oportunidade da fala, diz que a ENCAMMP terá a oportunidade de fala. Continua dizendo que a ENCAMMP irá fazer a apresentação dos critérios e que a gente irá fazer a votação, a favor ou contra e que o condomínio é terreno e não está falando em construção no primeiro momento. Pedido que seja positivo ou negativo o voto e que seja apresentada uma justificativa. Pede pra levar em consideração as questões culturais, desenvolvimentos culturais e que todos os critérios sejam voltados para Cultura. Cita que outras questões como EIV, CODEMA, Meio Ambiente sejam tratados nos seus respectivos conselhos e que aqui estão sendo discutidas questões culturais como, por exemplo, a visada e que estão no processo de estudo. A Dra. Ana Luiza, representante da OAB pede a palavra e fala que de acordo com a pauta da reunião de hoje é só apresentação e que hoje não podemos votar é o que eu está descrito aqui e que está falando só apresentação na pauta que foi enviada com antecedência, não está deliberação. Joana diz que tudo bem e diz que qualquer coisa marca uma reunião extraordinária para votação na semana que vem. Pede para que todos mantenham o distanciamento e justifica a não utilização do Teatro Municipal devido à ausência de luz comunicada anteriormente pela CEMIG. Continua que fará a reunião na ordem e passa a palavra para Renato da Empresa Restaurare que se apresenta. Renato fala que é um prazer ter sido vencedor desse processo licitatório e que a sua empresa já tem trabalhado em diversas cidades de Minas Gerais e diz que é a primeira vez que trabalha em Santa Luzia. A Restaurare atual exclusivamente na área do Patrimônio, diz que Maria Clara irá mostrar o portfólio com alguns trabalhos realizados. Diz que a licitação que irá contemplar, não é uma restauração total, sendo um primeira etapa um reforço da estrutura, os pilares de madeira, a fundação de diversos elementos que estão comprometidas e que será feito um reforço no imóvel e uma atuação na restauração da cobertura, deixando o casarão mais seguro. Conseqüentemente, serão realizadas as novas etapas para que o Museu seja usado pela população. Que a Empresa tem 20 anos de atuação e atua na área de restauração e que quando o mercado fica restrito, quando o governo e os recursos das iniciativas privadas ficam escassos que eles trabalham com outras áreas. Renato cita algumas obras realizadas por sua empresa. Maria Clara lembra-se da Fazenda Boa Esperança, de Belo Vale, casarão com características semelhantes ao Museu e que foi restaurado pela Restaurare. Sra. Maia pergunta se a empresa se Restaurare fará a reforma do início ao final, ou só um trecho da restauração. Joana responde que por conta do tamanho e do valor esse primeiro será da parte estrutural da casa que está muito abalada e que inclusive se encontra escorada e enquanto se faz esse restauro faremos a licitação da outra parte da casa (não foi possível compreender tal parte do áudio). Sra. Maia pergunta se esse projeto de valor de 2.100.000 (dois milhões e cem mil reais) é só para a para reestruturar a casa? Renato responde que sim, que fará a estrutura e toda a cobertura o telhado. Sra. Maia pergunta se as etapas seguintes serão licitadas e Joana responde que sim e que essa etapa está com duração de nove meses e que os projetos das outras etapas está praticamente pronto e que se pretende está com a outra etapa licitada. Um Senhor que não se identificou antes da fala profere a seguinte pergunta: pergunta se o projeto, como a Maia acaba de dizer, contempla toda a obra? (também não foi possível identificar o senhor no vídeo da gravação). Joana diz que foi exatamente isso que Maia acabou de perguntar. Maria Clara pede a Joana a fala, se apresenta como restauradora da SECULT e conselheira, explica que Márcia está afastada por uma cirurgia de emergência e que o projeto da casa é fatiado, que não é possível fazer todas as etapas deu uma vez só, até mesmo pelas condições de segurança dos trabalhadores que estariam dentro do imóvel. Fala que a casa tem várias patologias estruturais e que essa primeira etapa é consolidar essas paredes, consiste em dar estabilidade a casa e arrumar a cobertura que pesa muito sobre a edificação. Maria Clara fala sobre as técnicas construtivas presentes na construção do museu, fala novamente sobre as etapas que essa primeira será a estrutural e em seguida o arquitetonico á que vai tratar das portas das janelas, pensando na expografia, nas normas do



PREFEITURA DE SANTA LUZIA
SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA E TURISMO

IBRAM, pois o prédio para ser um espaço museal e depois restauração dos forros que são os elementos artísticos, por último a expoografia que irá pensar nas peças do acervo especificamente para cada espaço. Justifica que por isso não tem condições de fazer tudo de uma vez só. Avisa que assim que após a recuperação a arquiteta Márcia irá explicar junto a sua equipe de estagiários e o engenheiro Hugo mais detalhes sobre o projeto. Sra. Maia pergunta novamente se o projeto será em feito em três etapas. Maria Clara responde que basicamente três etapas. Joana fala que a inauguração da obra estará marcada para o dia 7 de setembro e que pode ser marcada um a reunião extraordinária a Márcia irá explicar tudo e que ela acha válido e que aproveitou o momento para mostrar a empresa as qualidades e quem é a empresa. Sra. Maia pergunta se o COMPAC aprovar essa obra hoje. Joana responde que é uma apresentação não aprovação. Mariana Borges fala que a obra do Museu já foi pauta de uma reunião no ano passado. Joana fala que o Museu já foi aprovado pelo COMPAC, todo material foi aprovado, e que ela nem estava aqui, e que deu prosseguimento ao processo licitatório. Sra. Maia pergunta se o projeto dessa empresa que foi apresentada que se ele já foi aprovado. Maria Clara responde que não, que o projeto não é da empresa Restaura e sim da Márcia (arquiteta efetiva da PMSL citada anteriormente) e que a empresa só ganhou a execução. Mariana Borges fala que o projeto já passou pelo COMPAC. Joana fala que foram os efetivos que fizeram os projetos, então elaborado pela própria prefeitura. Sra. Maia agradece. Renato da Restaura deixa disponível o site da obra e diz que a execução do museu será conduzida com muito carinho. Renato já pede desculpas de antemão por algum transtorno como poeira e interdição de um pedaço da rua. Maria Clara diz que compartilhou o link da Restaurare no grupo dos conselheiros do COMPAC e que todos podem acessar para ver o portfólio para ver as outras já executadas pela empresa com tecnologia construtiva idêntica ao Solar Teixeira da Costa. Joana pede um instante e diz que só estão ajustando os equipamentos. Passa a palavra para Mariana Borges, arquiteta da Secretaria de Desenvolvimento de Urbano fala que já apresentou essas diretrizes na reunião anterior, mas que Joana achou pertinente repetir a apresentação e apresenta também a Luciana também conselheira. Mariana inicia falando sobre as diretrizes que foram elaboradas pelo Desenvolvimento Urbano com ajuda de alguns colegas da Cultura. Uma ouvinte que não se identificou perguntou se poderia fazer uma gravação. Maria pergunta aos presentes se alguém tem alguma objeção com a filmagem e ninguém se manifesta. Mariana prossegue e inicia a apresentação falando sobre os seis pontos de visada que foram fotografados a partir de visita técnica realizada. Joana fala que os pontos ressaltados são em cima do Patrimônio Histórico. Mariana explica a motivação da consulta embasada no Lei 3.978/2018 - Institui a Política Municipal do Patrimônio Cultural Art. 75 - Compete ao Conselho Municipal do Patrimônio Cultural: (...). IV - *emitir parecer prévio*, atendendo a solicitação do órgão competente da Prefeitura, para: (...). c) *a concessão de autorização ou licença* para obras de movimentação de terra, modificação do solo, *implantação de projeto urbanístico, inclusive de loteamento e parcelamento*, que possa repercutir na segurança, na integridade, na ambiência ou na visibilidade de bens culturais, inclusive os arqueológicos, *assim como em sua inserção no conjunto panorâmico ou urbanístico circunjacente*. Fala sobre a Localização Parcelamento “Cidade Jardim” e Centro Histórico; Diferença de altura entre o ponto mais alto do terreno e o local onde estão as igrejas no Centro Histórico: 30 m - Igreja N. S. do Rosário; 50 m - Igreja Matriz; Encosta com vegetação arbórea significativa que funciona como “amortecimento” do Centro Histórico. Prossegue explicando sobre as visadas Igreja Matriz, encosta arborizada - tangente ao terreno “Cidade Jardim” ; Vista parcial das torres da Igreja do Rosário - Avenida Beira Rio Vista parcial, bastante obstruída, das torres da Igreja do Rosário a partir da Avenida Beira Rio. Vista poderá ser consolidada em pontos internos do terreno, com a capina e limpeza da área; Vista parcial das torres da Igreja do Rosário - Avenida Beira Rio; Vista parcial das torres da Igreja do Rosário - Avenida Beira Rio; Vista obstruída a partir da Rua Pedro P. de Oliveira - Não foi possível notar elementos significativos da paisagem do Centro Histórico a partir deste ponto; Vista a partir do Cemitério do Carmo- Vista das torres da Igreja do Rosário. Destaque para parte mais alta do terreno “Cidade Jardim” e vegetação predominante de pasto. Vista poderá ser consolidada em pontos internos do terreno; Encostas arborizadas como moldura da Igreja do Rosário - Demanda estudo específico de visadas. (áudio fragmentado, dificuldade de compreensão minuto no 37:28:48 – o áudio foi interrompido devido a uma ligação) Mariana fala que é interessante exigir que a área permeável da Beira Rio seja na frente do terreno, pois a primeira terá uma relação desse verde que será arbórea e que a construção estará no fundo e para garantir que a vista verde da Beira Rio seja preservada. Foi sugerida também no meio da Beira Rio existe uma praça que será bem grande, um espaço público interessante de frente para o Rio e que é interessante, pois a cidade carece de espaços de fruição do Rio. E que o projeto da praça tenha anuência do COMPAC com viés cultural e a última coisa é a revitalização das matas verdes com espécie local. Mariana diz que em resumo para o



PREFEITURA DE SANTA LUZIA
SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA E TURISMO

loteamento é isso, em resumo estamos falando da mata ciliar e estamos falando do projeto da praça e as outras medidas são para depois que é quem vai comprar esse lote e edificar que é a coisa da altimetria, que é a coisa de garantir uma porção verde dentro do terreno. Essas são algumas coisas que vão para o empreendedor de pronto e outras coisas que o conselho terá que aprovar uma deliberação normativa para que na hora que as pessoas que venham morar aqui e que eventualmente tem e que isso fosse o início de uma revisão do ADE (Área de Diretrizes Especiais) centro histórico. Tornando a mesma mais restritiva, pois o centro histórico tem outras áreas em questão e assim fazendo uma lei municipal pra ajudar esse conselho a trabalhar. Mariana diz que a apresentação dela foi essa e que tem uma colega com a mão levantada. Elisa Santana sobre os prédios, quantos lotes terão prédios, qual altura desses prédios. Mariana diz que não tem certeza do número de lotes e passa a palavra ao empreendedor. Camila da ENCCAMP explica que o projeto o inicial previa 517 lotes e como a Mariana disse anteriormente ele vem para o COMPAC, mas paralelamente tramita um EIV (Estudo de Impacto de Vizinhança) e nessa tramitação a construtora já está fazendo ajuste em questões de demandas do município e que o projeto apresentado num primeiro momento de 517 lotes, com área mínima de 360 metros quadrados e que hoje a construtora está no total de 556 lotes e que ela vai mostrar em detalhes, pois teve que abrir mais vias e que os lotes foram seccionados com sistema viário e por isso teve aumento no número de lotes. Em relação às edificações, Camila fala que não está sendo aprovado edificação, apenas loteamento, parcelamento de solo a ideia é estarmos aprovando lotes sem edificações e que a ENCCAMP não vai desenvolver edificações nesse empreendimento. Que no primeiro momento ao COMPAC colocou as diretrizes na reunião na última reunião e seria restrito a dois pavimentos somente. A participante Elisa Santana continua e indaga quantas casas e quantos prédios? Mariana fala que continuando a pergunta na ordem quantos são casas, quantos são prédios e explica que não tem como responder isso hoje, pois quem comprar é que irá definir o que vai construir, mas que o conselho ira, em alguns pontos fazer a restrição da altimetria e quem comprar já vai saber que só vai poder dois andares. Elisa Santana pergunta novamente se isso não dar margem para quem quiser e comprar e construir um prédio de 20 andares ela pode? Mariana responde que o que está em discussão nesse conselho e que a sugestão inicial é de que lugares específicos que tem relação com a paisagem ficassem até dois pavimentos, podemos definir aqui se queremos que a área inteira seja de dois pavimentos, então um prédio de 20 andares não pode e diz que esse conselho tem poder para criar essa DN. Dar o exemplo de quando as pessoas forem construir e forem no Desenvolvimento Urbano pedir o alvará de construção e quando eles forem pedir eles vão ser informados que existe um DN que o COMPAC decidiu lá em 2021 que é assim que proibiu e vai seguir. E que isso é para o futuro, pois agora se trata do loteamento. Liliane Tibúrcio pergunta se essa deliberação que está sendo proposta que esta sendo revista, por exemplo, se agora aprovamos x lotes vão ter dois andares e pergunta se daqui 5 anos se o conselho se reuni e elabora uma nova deliberação e isso cai por terra, pergunta se isso é possível de acontecer? Mariana responde que é possível e que leis mudam e que não estamos todos os dias (não é possível compreender esse minuto do áudio 2 - minuto 7: 08:68 – muitas pessoas falam ao mesmo tempo e não é possível ouvir a finalização da fala da Conselheira Mariana Borges). Juliana Santana fala se aprovação do projeto fica vinculada a essa restrição, e ai o que você esta dizendo é que não, por que uma coisa é estou aprovando um projeto com uma restrição e essa restrição é permanente e não diz respeito à mudança legal. Isso que Mariana esta dizendo é que pode aprovar um projeto hoje que daqui a seis meses, dois anos, cinco anos eu mudo a restrição e que o projeto foi aprovado (não compreendo a palavra final – áudio 2 – minuto 7:41: 05). Maria Clara pede, por favor, para que as pessoas se apresentem antes de falar para facilitar a elaboração da ata. Mariana continua na questão da Juliana Santana responde que tudo que está ligado ao loteamento é de responsabilidade deles (a ENCCAMP) e Mariana diz que não pode garantir, assim como, ninguém pode garantir a permanência de leis de deliberações. E que a única coisa que só congela uma edificação é um processo de tombamento e que não é esse caso aqui. Sra. Maia Santana pergunta quem irá falar na frente sobre o Rio das Velhas e sobre o Centro Histórico, e que estivemos todos coma Secretária na sexta feira e que deu pra ver que o Centro Histórico é uma coisa só essa área está ali do lado. Ela diz que não vê os técnicos da PMSL, que ela vê os técnicos da EMCCAMP falando, sobre que impactos teremos nessa área. Diz que gostaria de fazer uma outra pergunta, se existe algum vereador presente nesse auditório - assinala que temos aqui o Vereador Paulo Cabeção e que na reunião ontem lá na Câmara Municipal, “desfalou” tudo que havia falado a ela (Sra. Maia) na Fazenda Vicente Araujo, na sexta feira, aproveitando que estava entre os pares e fez uma conversa totalmente diferente. Sra. Maia pergunta novamente se existe mais algum vereador presente, uma Sra. se apresenta como representante da Vereadora Luiza do Hospital. Sra. Maia fala que o vereador Lelei



PREFEITURA DE SANTA LUZIA
SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA E TURISMO

sumiu. Sra. Maia pergunta novamente que vereador que irá falar e quem da prefeitura irá falar sobre os impactos dessa mega obra terá sobre a comunidade, sobre o Rio das Velhas, do trânsito. Mariana se apresenta novamente, diz que é conselheira e servidora concursada e que fala desse lugar. Continua sua fala pedindo para se ater a apresentação e as questões do Patrimônio Cultural falando que acha pertinente todos os temas, mas que aí é necessário aproveitar de outros espaços e pergunta se alguém tem alguma dúvida em relação a apresentação. Joana pede para que passe a palavra ao Vereador Paulo Cabeção. O vereador Paulo Cabeção fala que não desconversou com a Sra. Maia e que também conversou com Ana Luiza e que não é contra o progresso desde que, falou com a Sra. Maia, que ele seja feito baseado e pautado no que rege a lei. O vereador é interrompido, pede para continuar a fala, cita processo mitigatórias contrapartidas, cada processo da lei. O vereador continua falando que a conversa de ontem na Câmara foi à aprovação pelo CODEMA, e que aconteceram vários processos legais antes mesmo que ele tomasse posse, então se dentro da lei existe algo que está passível de acontecer perante a lei, quem é ele pra dizer que está errado. Falando de impactos, diz que os pontos conversados foram à preocupação em relação ao abastecimento de água na cidade e diz que não desconversou (o vereador é interrompido e pede para que possa continuar falando) e acha ruim quando falam isso e diz que como vereador muitas vezes são sempre atacados por uma herança maldita, um termo usado pelo Ramon Damásio. E que às vezes assumimos a herança de alguém e que ele não esta falando que esse empreendimento possa ser uma herança maldita, mas que ele só diz que o que a lei nos por quem é ele pra falar que somos nós pra falar que está errado, quem é ele pra dizer que está errado. Diz que é essa sua posição e que e se ele tiver falado algo diferente senhora (sinalizando Ana Luzia) poderia desmentilo. Dra. Ana Luzia pede a palavra e fala que a o problema que a Sra. Maia está se referenciando é tendo em vista que é afeta a questão hoje e foi à reunião ontem realizada na Câmara Municipal por que querendo ou não se os vereadores são nossos representantes e então se a gente vem aqui discutir se está dentro da legalidade ela questiona “será que está mesmo?” e que ela participa dessa votação no Conselho do Meio Ambiente desde dezembro e que houve um atropelo e questiona se será que está seguindo a lei? E que acha que é isso que a população quer da câmara é realmente verificar se está havendo de fato essa legalidade e outra coisa se tiver que fazer uma lei, que essas diretrizes se transformem em lei é também direito da população transformar isso em lei. O problema que esse vídeo de ontem na Câmara está circulando e que falta respeito e que tem que ter em relação à população e que ninguém está aqui brincando e quem ninguém quer travar o desenvolvimento da cidade, que querem o desenvolvimento de fato. E trazer vários empreendimentos pra cidade, todo mundo sabe que não é economicamente viável, isso aqui não é só uma questão ambiental, não é só uma questão cultural, mas também é uma questão econômica e que exige como conselheira, advogada, representante da OAB e como cidadã luziense é justamente isso é a gente poder verificar se esse processo está sendo legal. Fala que para isso não precisa ir muito longe, só voltar ao Conselho de Meio Ambiente e que vai ver que não foi, o próprio conselho foi feito de forma errada, uma série de vícios que não foram observados lá, o EIV não apareceu no CODEMA o EIV já estava pronto, ele não apareceu no CODEMA e apareceu pra nós aqui agora. Dra. Ana Luiza solicita uma reunião com os técnicos da PMSL que compareçam a Mariana e a Mikaela e que outros conselheiros também queiram participar e que não está querendo travar, que ela entende o direito de propriedade, mas entende também que existem limitações e que também acha que em termos culturais não é só a questão da visada, que tem a questão do livro do Gustavo Villa e que ela acha que ele já deu entrada aqui na SECULT em relação a questão arqueológica, pois parece que existem vestígios da Revolução Liberal de 1842 lá no terreno. E que ela pergunta pra EMCAMMP “você vão lotear para o que? Para deixar os lotes lá, claro que não!” e que esse é o primeiro passo, mas que está tentando passar o clamor da população. E diz que sempre conversa com a Mariana e com outras servidoras da PMSL, que faz questão da presença da Márcia para falar do projeto do museu. E que ela quer transparência. O Vereador Paulo Cabeção diz que pensa exatamente como ela. Dra. Ana Luzia diz que pede respeito da Câmara em relação ao povo e que ela irá participar da audiência publica. Joana fala sobre a participação do Conselho e a montagem de comissões pra discutir como no CMPC que é onde a cabe como representante da Cultura, até por que ela não é daqui entender pela voz da população e grupos de discussão que acha que é pra isso que serve os conselhos. Fala novamente que a Márcia não está devido a sua licença e pede para que já deixe já agendado, para quarta, dia primeiro, apresentação sobre o projeto do Museu, pela servidora Márcia e a votação, a favor ou contra, e que acha que os conselheiros terão a oportunidade aí de pensar a respeito disso, tanto no legislativo quanto com os técnicos. A Giuliana que é a Arqueóloga da SECULT irá explicar. Joana diz que encontrou com Gustavo Vila, por acaso, e que está aberto para fazer esse estudo, que já teve este estudo e que inclusive é muito importante que



PREFEITURA DE SANTA LUZIA
SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA E TURISMO

todos os interessados em fazer parte dessa discussão e que para fique mais saudável leiam o material da Cultura e assim todos terão embasamento e buscar outras fontes também. Diz que nós temos esse estudo que a Giuliana irá explicar e deixa aberto também pra fazer esse estudo diz que o Gustavo disse que é uma parte ou duas e que não impede da aprovação. Continua falando que como será um loteamento e que a própria prefeitura e os técnicos da prefeitura sugeriram que para a construção tivesse um outro passo junto ao COMPAC, que então é o primeiro passo e o EIV está sendo discutido agora e é por isso que não levou e é porque é por processo, foram outros conselhos e agora Cultura. Dra. Ana Luzia fala que no Meio Ambiente ele tinha que está presente. Joana fala que agora vocês podem trazer sugestões do Meio Ambiente inclusive no EIV e que serão levados como sugestão e que a SECULT tem levado algumas sugestões vocês também podem levar. Mariana Borges pede a palavra e diz que gostaria de fazer um comentário na questão da Ana e explica que ela citou a questão das visadas por conta do patrimônio material construído e a tutela do bem arqueológico é do IPHAN e que a gente já exigiu do empreendedor que preenchesse a ficha e que existe uma arqueológico para falar disso, só resumindo, e que o bem arqueológico é tão importante que a tutela não é nem nossa é Federal do IPHAN. Mariana pede que sejam questionadas somente questões relacionadas à sua apresentação, que demais assuntos serão discutidos posteriormente. Liliane Tibúrcio pergunta se a aprovação aqui no sentido que a votação do COMPAC acontece independente dessa análise lá da arqueológica ou ela não teria que ser paralisada aqui enquanto não acontece uma análise arqueológica e pudesse ser deliberado com relação isso? É uma dúvida. Prossegue perguntando se as outras partes do conjunto não foram analisadas, se elas não entram no estudo? E a terceira pergunta ela diz que sabe que não é um tema, mas como você falou de “permeabilização” do terreno e que foi consideração no projeto, foi analisado a questão das enchentes, isso foi analisado? Mariana diz que sobre a arqueologia ela passa a palavra para a Giuliana, arqueóloga. Mariana responde que a segunda, do restante do centro histórico ela se remeteu a torre, pois é o que você consegue ver, que as outras coisas você não consegue ver, elas estão obstruídas pelas árvores, não que elas não sejam relevante, mas que não teria como ela falar de uma área que ela não conseguiu ver. Sobre as enchentes Mariana diz que a questão é relevante e que há um Órgão no município de defesa civil e que tem isso sendo analisado no EIV e que ela pode dizer que há discussões e que como isso não tem relação com a Cultura não foi trago aqui. Mariana complementa que no tombamento de 1998, lá cita o amortecimento, zona do entorno, que garante ambiência, esse intervalo e que se entende que é uma área-paisagem mais verde. Liliane Tibúrcio pergunta “uma área alagada?” Mariana diz que concorda, mas que como não é uma questão cultural não exposto aqui. Joana fala a respeito do estudo das visadas que foi acordado na reunião passada e que a ENCAMMP contratou uma empresa para fazer esse estudo. Os participantes questionam ao mesmo tempo (áudio 2 - minuto 26:58.54) e perguntam por que a parte interessada irá falar disso? Assim, Joana explica que a PMSL já fez o estudo e que ficou acordado na ultima reunião e que já passa como contra partida, pois eles também não tem interesse de aprovar agora e ter problema no futuro. Liliane Tibúrcio questiona Joana e diz que interesse de construtora em construir e ter problema no futuro é o que mais se vê e que isso não faz sentido. Joana responde que a prefeitura já fez o estudo que foi, hoje, apresentado novamente, que já temos o estudo do IPHAN e do IEPHA. Liliane Tibúrcio questiona sobre o que são estudos mencionados. Joana fala que sobre a parte histórica e arqueológica e que a Giuliana irá explicar. E que foi pedido um aprofundamento para o conselho criar os critérios. Joana pede para que deixem a Giuliana apresentar. Sandra Gabrich pede a palavra e inicia se apresentando como moradora da parte baixa da cidade, diz que observou com atenção a fala dos conselheiros e percebeu que não foram levados em consideração o impacto em relação à Rua do Comércio. Fala que lá, na Rua Felipe Gabrich, rua mais atingida pelas enchentes existem quatro casas tombadas pelo patrimônio histórico e que se não forem tomadas providencias irão desaparecer. E que é dever dos Senhores conselheiros preservarem essas construções. Na praça presidente Vargas existe a casa Tofáni e onde deveria ser o Museu do imigrante e que até hoje nada, pra variar e que ela corre o risco de desaparecer também. E que gostaria muito que a SECULT e os conselheiros observassem que Santa Luzia não é só a parte alta não, ela tem a parte baixa também e que merece o olhar de todos vocês, principalmente, no que se se refere as edificações tombadas como patrimônio histórico. Giuliana Castiglione, arqueóloga da SECULT se apresenta e diz que no tocante ao alagamento ela não tem condições de falar sobre por não ter competência técnica para tal, mas acha pertinente a colocação feita pela Sra. Sandra Gabrich. Ela diz que responde ao órgão federal e que acata as decisões do IPHAN, mesmo sendo servidora da prefeitura e caso algo necessite ser alterado que ela entra em contato com o órgão. Diz que a ENCCAMP preencheu a ficha de FCA do IPHAN e o órgão qualificou a área como Nível 3 – significa que tem que ter um estudo prévio antes de fazer o loteamento e



PREFEITURA DE SANTA LUZIA
SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA E TURISMO

esse estudo prévio foi feito e foi enviado para os conselheiros um documento de 400 páginas. A arqueóloga fala que leu o documento e que foram feitos vários encaminhamentos por todo o espaço reforçando a questão das casas e que lá também foram encontradas valas que foram utilizadas pela mineração, acharam cerâmicas de períodos pré-histórico e todos esses foram coletados. Giuliana fala que faz parte do EIV e afirma que essa primeira etapa do loteamento for aprovada a ENCCAMP terá que preencher uma nova ficha no IPHAN e terá que fazer um outro estudo arqueológico, diferente do que eles fizeram, o primeiro foi mais um levantamento e o segundo será durante supressão de vegetal, terraplanagem todos esses momentos terá um arqueólogo acompanhando e se for encontrado alguma coisa no subsolo é necessário paralisar a obra e precisa ver como está questão será tratada. Giuliana explica que forma cadastrados 3 sítios arqueológicos dentro da área, o muro do cemitério, as valas de mineração e outro ela não se recorda. O IPHAN nem sempre, por existir um sítio arqueológico, isso vai impedir que seja construído ou loteado ele não preza necessariamente pela preservação in loco, o IPHAN quer que não seja perdido aquele material que foi encontrado. Cita, como exemplo, outros sítios arqueológicos cerâmicos e líticos que são enviados para local de guarda, cita instituições próximas como PUC e UFMG e relata que a empresa tem que pagar uma verba coletar e guardar esse material. Dra. Ana Luiza pergunta se está sendo realizado um estudo multidisciplinar no EIV, agora. Giuliana responde “isso” e Dra. Ana Luiza continua falando que passou no Meio Ambiente sem isso, sem essa análise da questão das enchentes alerta o Vereador Paulo como as questões não foram analisadas. Em relação ao estudo fala que existe o estudo das visadas, mas que existem outras questões como apontada pela cidadã pelo fato das questões das enchentes, outras questões que afetam o patrimônio cultural. Joana fala que esta sendo feito um estudo global que à medida que a gente vai discutindo o assunto é normal que surjam novas dúvidas e até mesmo a questão da arqueologia não tinha sido falada, mas mais uma vez ela pede pra ficar restrita a parte cultural. (muitas pessoas falam ao mesmo tempo – áudio 2 – minuto 36:11.2) alguém questiona com a seguinte frase “Mas como assim? Joana responde que a parte de baixo. Uma participante que não foi possível identificar questiona “A hora que fala que vai alagar casas históricas, não é Cultural?” Joana responde que o alagamento ele acontece e cita que a Casa Tófani está sendo devolvida pela CREA para a PMSL e que será realizada um projeto lá, inclusive em relação aos outros prédios e as outras casas, até prédios que não estavam ocupados como a fazenda, outras edificações que a gente ta cuidando e que fica muito feliz em ver esse movimento pela cultura e da população querer participar e que sinceramente quando ela chegou teve um aperto no peito em ver o abandono da cidade e o abandono não é só dos gestores públicos é também da população e se não tem cuidado, ocupação fica difícil a preservação. Diz que fica feliz de poder montar os conselhos e que é a única forma (áudio 2 – interrompido devido a uma ligação – finalizado no minuto 45: 28.71). Joana continua falando que fica a disposição o horário depois das 18 horas, e que nunca foi questionado, para se reunir. Diz que tem reuniões acontecendo e que é só o conselho solicitar e que se vierem sugestões de as reuniões podem acontecer em qualquer horário. Joana prossegue falando que são tempos assustadores e que a gente precisa se ajudar e ter esse cuidado um com os outros. Sra. Elisa Santana e diz que a terra não está dando mais conta e se a gente fingir que a gente não está ouvindo é uma mentira. Joana responde que precisa se ater ao que cabe a ela e que se ela for tentar resolver a parte ambiental, a parte estrutural e outras áreas ela não vai conseguir entregar nada e ela gostaria muito de sair daqui a três anos com os prédios todos restaurados e com a população feliz. Diz que precisa focar nesse assunto e que já são 10 horas. Sra. Eliana diz que a fala sobre o Meio Ambiente que foi trazida não está presente no projeto e que sabe que aqui são só temas da cultura, mas que tira do meio do toda e se desvincula de demais aspectos da sociedade, quando falamos de um processo com essa envergadura e é necessário ouvir, abrir os ouvidos para isso. Mariana Borges fala que é pertinente o assunto e quando se fez a DN ela trouxe pro alto e diz que não tem nada mais difícil que aprovar um loteamento e que são muitas portas que o processo passar por vários setores e que ainda são muitas etapas e que no tocante ao meio ambiente são emitidas três licenças e que o empreendedor emitiu até o momento a primeira licença que é a LP, que chama que garante o estudo do terreno e que a prefeitura ainda irá, lá no CODEMA, emitir uma licença que chama LI – que é tipo um alvará de construção e a LO – que é a licença de operação o próprio meio ambiente tem 3 etapas e que se a população está sentindo que faltou algumas coisas vão ter essas outras ocasiões para se resolver e prossegue falando que a prefeitura tem muitas frentes e cita vários departamentos e que estamos em uma etapa e diz que essa motivação populacional é importante em todas as etapas é ótima para a cidade. Liliante Tibúrcio fala que tem dois aspectos que ela gostaria comentar que falando de patrimônio cultural acabou de ser colocado que uma parte do patrimônio cultural pode ser impactado com a enchente e que tem uma interligação. Joana fala que vão estudar e que será trazida uma resposta,



PREFEITURA DE SANTA LUZIA
SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA E TURISMO

que quem dera se ela tivesse resposta. Liliana continua e diz que está acordado que existe um risco patrimônio cultural Luziense que pode acontecer por ocasião do loteamento e as enchentes. Fala que não é hoje que isso vai ser tratado e se tiver uma comprovação de que o loteamento pode agravar as enchentes e elas podem agravar o patrimônio histórico ela entende que é isso. Joana fala que isso será trazido e que nesse momento o loteamento não trás esse problema, mas que no tocante a construção pode e que ela gostaria de sugerir que voltando aos poucos no que foi dito que pode ser feito daqui 5 anos e que acha que é uma reunião ate da Ana Luzia e da Rosa e de outros conselheiros, até por que os ouvintes não estavam presentes nas reuniões anteriores é que nesse momento o que está aprovado é o loteamento e o que podemos pedir é que possa, nas outras etapas, também passar pelo COMPAC e por outros conselhos também. Ela diz que não estamos nem um décimo do caminho para ter alguma construção e não achar, até o final, uma empresa que queira comprar talvez até o final a gente não consegue e que é pra gente ir aprofundando a discussão. É perguntado para Joana (pessoa não identificada – áudio 3 - minuto 6:15.25) pergunta que “Joana você acabou de falar uma história aí que então seria bom você falar aí (palavras não compreendidas áudio 3 – minuto 6:17.34) aprovar o loteamento, você não acha (palavras não compreendidas áudio 3 – minuto 6:37.55) Joana responde é a parte histórica, aprovar que é a parte histórica, cultural e visadas, estudos externos e que isso tem que ficar claro. Sra. Maia pergunta se a votação será na próxima, quarta dia primeiro e que pode ser em qualquer horário junto com a Márcia que fará a apresentação do projeto do museu. Sra. Eliane fala que se preocupa com a fala de Joana, pois ela já pressupôs que o loteamento não causara impacto na questão das enchentes e diz que não é engenheira para saber sobre isso. Joana diz que irá aprofundar nisso. Eliane fala que loteamento pressupõe o desmatamento, aterramento e essa mexida que se faça no terreno já potencialize a questão das enchentes e que já está no ponto de paralisar pra discutir isso e que isso afeta o cultural. Se o estudo provar que não que o mero loteamento não causará isso. Joana fala que a PMSL irá se aprofundar nessas questões e sugere que os conselheiros assistam a apresentação da empresa inclusive questionamentos podem ser feito e que importante agora para a criação de novos critérios. Joana passa a palavra ao André Campos, presidente da ENCCAMP e diz que tem todas as informações levantadas e que estudos profundos foram feitos. Fala do primeiro projeto que tinha concepção de prédios e shopping e que a empresa desistiu e que fará somente o loteamento. Diz que tem o estudo de tudo que foi abordado no tocante as enchentes e ao impacto arqueológico e que passará para o seu time e que as coisas irão ser colocadas de maneira transparente. Camila da EMCCAMP fala que foi solicitando na ultima reunião em relação da Cultura a visita ao terreno, o estudo de visada e que a empresa se prontificou a fazer o estudo em toda a área e que Catarine da empresa PRESERVE. Catarine com a palavra fala que o que vai ser apresentado trata de análise que não é interpretativa em relação ao patrimônio, pois são cortes e que acha que os conselheiros já perceberam e que os cortes são muitos grandes e o terreno muito extenso e que não existe possibilidade de avaliar isso até nessa tela. Catarine fala que pegaram os pontos do terreno onde tem uma cota altimétrica mais elevada comparando com os dois elementos que tem um destaque na paisagem, que são as duas igrejas, inclusive ela fez parte da equipe, a PRESERVE fez o EPIQUE (parte não compreendida áudio 3 – minuto 45:28.37), em 2015 e que ela fez parte da equipe no levantamento das casas do período de arqueologia e faz menção a dois arqueólogo e fala para constar isso. Ela confirma que vai focar no estudo de visada que foi solicitado na ultima reunião e que ela não estava presente e que a Camila pediu e que ela já apresentou esse estudo foi apresentado em outro empreendimento que também havia torres e não havia impacto. Camila diz que envio o material aos conselheiros. Caterine fala que são desenhos técnicos considerando a cota altimétrica das duas igrejas. Diz que o objetivo é subsidiar análise do conselho e entende que o patrimônio Cultural as discussões permeiam o meio ambiente a questão urbanística, mas que ela como arquiteta não tem competência para responder a nível de arqueologia e meio ambiente é legítima essas discussões, mas cabe a cada conselho e a cada Secretaria. Caterine apresenta o parecer técnico cujo projetos e material os conselheiros receberam (dia 02 de setembro de 2021). Camila completa que o IEPHA havia aprovado até 10 pavimentos e entendendo que a discussão é importante pra cidade a EMCAMMP decide por manter até dois pavimentos que a PMSL pode, seja por DN, cravar essa decisão e que quando for votado fique somente dois pavimentos no terreno inteiro. Caterine volta nos pontos da apresentação técnica. Camila fala que está ficando claro que dois pavimentos são irrelevantes vistos o tamanho das cotas e não interfere na visada. Sra. Maia interrompe a fala de Camila e diz que esta sendo apresentado aí já é o projeto e que eles irão lutar para não tenha o projeto e que em relação à visada, quantos andares eles não querem saber disso. Catarine responde que é necessária enquanto equipe técnica e que até para os órgãos de preservação e em relação ao patrimônio, ao meio ambiente esses estudos técnicos são necessários se não, não tem parâmetro e



PREFEITURA DE SANTA LUZIA
SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA E TURISMO

que os advogados estão aqui para concordar com elas e que é até uma prestação de contas. Catarine diz que é legítimo o desejo da comunidade, mas que não irão entrar nesse mérito. Sra. Eliane diz que entende e que tem que ter, mas que já ficou claro que tudo isso pode mudar e que se consiga mudar a lei e que na verdade só se a gente consiga mudar a lei e que fica tudo no campo do pró-forme. Catarine diz que a apresentação foi uma solicitação do conselho. Camila completa que na questão da legislação o que pode ser feito para travar a legislação e que os advogados estão aqui e que podemos encontrar soluções juntos. Cita que podem ser gravados na planta de parcelamento. Eliane pergunta se é algo que fica nas mãos da construtora ou da prefeitura e a Camila responde que fica na responsabilidade da construtora e que vamos encontrar um jeito de travar isso. Catarine continua que esses documentos caracterizam e validam que as discussões foram feitas. Sra. Juliana Santana diz que não quer ser grosseira, mas que como a Eliane trouxe é muito pertinente e que a empresa está trazendo agora um cronograma e que falar disso agora é pró-forme e pede licença, que isso não interessa a ela agora. Sra. Maia fala que uma parte vai se retirar, pois elas acham que essa parte não interessa a elas, pois elas não querem projeto nenhum e que é inadequado nesse momento e levar em consideração tudo que foi falado aqui e fala do bairro da ponte que pode desaparecer, assim como outros 4 bairros. Pede desculpas, diz que madrugou e que já estão cansadas e que a ela Maia Santana não interessa o trabalho da EMCCAMP. Caterine agradece a presença das senhoras e encerra a apresentação e diz que está lá a convite da EMCCAMP e que trabalha com patrimônio é que é especialista, que espera que a comunidade traga mesmo as questões para serem discutidas. Joana fala que no tocante a pauta desta reunião tudo já foi abordado e que na próxima quarta a Márcia irá apresentar sobre o Museu Italo pergunta se Márcia irá poder vir e pergunta se pode formar a comissão para discussão. Dra. Ana Luiza fala que irá sentar com os técnicos da prefeitura, Ítalo fala a respeito de outros profissionais do CREA que querem participar. Ana Luiza pede as atas e Joana diz que as atas estão acabando e vai mandar para a aprovação de vocês. Maria Clara Assis, Secretária do COMPAC diz que as atas estão extensas. A Joana fala que as atas vão para site e Ana Luiza fala que isso é transparência. Joana pergunta quem quer participar da comissão. Ítalo pergunta se pode ser feita as definições no grupo e sugere que pode ser às 18 horas. Joana fala que será a apresentação da Márcia na próxima reunião e que os conselheiros levantarão as questões com técnicos e que ela puxa toda hora as questões culturais pra gente ir criando os critérios e se nas próximas conversas pode surgir outros critérios até fechar isso e diz que em cem passos não estamos nem no passo 10. Ana fala que nas discussões é que vão surgindo e que não vão surgir tudo de uma vez. Joana pergunta se Jardel pode auxiliar na articulação com outras pastas para compor a conversa. Joana encerra a reunião e passa a palavra a Mariana que faz um convite para a audiência pública do Plano Diretor, às 18 horas e que convida a todos para participar. Joana finaliza incentivando a organização da comunidade e que esse abandono tem muitos anos e que iremos trazer um planejamento real e que irá chamar a população para mexer no plano e que o desejo dela é que os conselhos sejam cada vez mais ativos. A reunião foi encerrada às 11:30 horas. Eu, Maria Clara Assis, lavrei e assinei essa ata e ressalto a minha dificuldade em redigi-la na integra visto as várias falas e me coloco a disposição dos presentes em ajustar quaisquer equívocos antes de sua aprovação.

Maria Clara de Assis - SECULT

Joana Maria Coelho - Presidente do
COMPAC

Marco Aurélio Fonseca - SECULT

Aparecida dos Santos
Ass. Cultural de Mulheres
Quilombolas

Luciana Angélica de Sá Machado
Sec. Des. Urbano

Elizabeth Tofáni- Ass. Cultural
Comunitária

Ítalo José Leite - CREA

Maria Geralda dos Santos C.
Evangelista - Ass. Cultural de
Mulheres Quilombolas

Celso Aquino Pereira dos Santos
ONG- Patrulheiros da Paz



PREFEITURA DE SANTA LUZIA
SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA E TURISMO

Ana Luíza Andrade e Souza
OAB – Suplente

Diego Santos - Sec. M. de Educação

Rosa Maria Werck - OAB

Mariana Ramos Borges –Sec.
M. Desenvolvimento Urbano